

Funções técnico-pedagógicas no âmbito da investigação e inovação educacionais no Instituto de Inovação Educacional (Ministério da Educação), área da formação pessoal e social; apoio à integração das minorias étnico-linguísticas no sistema educativo português;

Docente responsável pelos cursos de Língua e Cultura Portuguesas, no âmbito do Programa ERASMUS, da Faculdade de Direito da Universidade de Navarra (1992-1993 e 1993-1994);

Funções docentes no âmbito do ensino integrado e da educação especial (1982-1987).

Outras actividades:

Presidente do conselho fiscal dos Estudos Gerais Alvitenses — E. G. A., desde 2002;

Membro da equipa de avaliação do Programa Hispano-Luso para a Acção Educativa (1992);

Autor de diversos artigos na área das ciências sociais e humanas.

Áreas de investigação:

O indivíduo, o outro e os processos colectivos: génese e desenvolvimento das identidades pessoal e social e da comunicação humana;

Fundamentos e aplicação de conceitos afins ao processo da acção social e da comunicação humana — percepção, valores, atitudes, construção cultural, espírito das nações, etc.);

Papel das novas tecnologias de informação e comunicação na formação dos comportamentos humanos;

A cidadania e o género;

Teoria cultural e formação da cidadania europeia;

Comportamento organizacional;

Análise quantitativa e qualitativa de dados aplicada à investigação pedagógica e psicossocial.

Despacho n.º 18 169/2007

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, torna-se necessário proceder à nomeação da chefia da Divisão de Documentação e Informação, em regime de substituição, por forma a assegurar o normal funcionamento do serviço até à conclusão do competente procedimento concursal e respectivo provimento do titular do referido cargo de direcção intermédia do 2.º grau. Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 1 do artigo 20.º e no artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio chefe da Divisão de Documentação e Informação da Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género a licenciada Paula Cristina Brito Fernandes, a qual reúne a experiência profissional adequada para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae* que é publicado em anexo ao presente despacho. A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007.

17 de Julho de 2007. — A Presidente, *Elza Maria Henriques Deus Pais*.

Nota curricular

Paula Cristina Brito Fernandes, nascida em 27 de Janeiro de 1969.
1 — Licenciada em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, em 1992 — no mesmo ano completa, na mesma Faculdade, a secção especializada em Jornalismo.

2 — Curso de formação em Jornalismo da RTP — Radiotelevisão Portuguesa.

Em 25 de Outubro do mesmo ano, após a formação do XIV Governo Constitucional, é convidada pela Ministra para a Igualdade para assegurar as funções de apoio técnico especializado nas áreas de relações públicas e comunicação social.

Em Fevereiro de 2001 integra o quadro da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, onde, desde então, assegura a coordenação da redacção do periódico *Notícias*, colabora na elaboração de campanhas de divulgação da CIDM, co-organiza conferências, seminários e outro tipo de eventos promovidos pela Comissão, bem como operacionaliza a estratégia de comunicação definida. A par destas actividades, é a responsável operacional pelo site da CIDM, bem como a responsável pela construção e manutenção de conteúdos da CIDM no portal do cidadão.

Em 15 de Fevereiro de 1999, a convite da Ministra da Saúde do XIII Governo Constitucional, é nomeada assessora de gabinete [despacho n.º 5745/99 (2.ª série)], onde exerce as funções de assessora de imagem, comunicação e relações públicas do Ministério, até ao fim da legislatura em 25 de Outubro de 1999.

Neste âmbito, tem como principais funções, em articulação com o restante Gabinete de Imprensa, a definição e operacionalização,

em estreita colaboração com a titular da pasta, da estratégia de imagem e comunicação do Ministério e dos dois membros do Governo que o constituem (Ministra e secretário de Estado).

Em Fevereiro de 1992 é admitida no Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil (IPOFG), onde integra o Gabinete Técnico de Recursos Humanos. À data da saída do IPOFG tinha a seu cargo o levantamento de publicações hospitalares (comunicação interna e externa), a nível nacional. Executou vários trabalhos jornalísticos como *freelancer*, tanto para TV, como para a imprensa regional e nacional.

Entre Maio de 1991 e Dezembro de 1992 integrou a redacção dos jornais de fim-de-semana do Canal 2 da RTP, passando, posteriormente, para a equipa de política nacional da mesma estação televisiva.

Gabinete para os Meios de Comunicação Social

Despacho (extracto) n.º 18 170/2007

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2007, de 3 de Maio, e no artigo 1.º da Portaria n.º 662-D/2007, de 31 de Maio, e atenta a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, nomeio, em regime de substituição, para exercer o cargo de direcção intermédia do 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos, ao abrigo do artigo 20.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada Ana Maria Teixeira Rijo, assessora do quadro do ex-Instituto da Comunicação Social, que reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica e experiência profissional relevantes no âmbito das atribuições cometidas àquela Divisão.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2007.

26 de Junho de 2007. — A Directora, *Teresa Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 18 171/2007

Por meu despacho de 19 de Julho de 2007, Argentina Mosqueira Pinto, Silvina Maria Cavaleiro Lazarino Moreira, Carlos Vassane Pinheiro, Lúcia Maria Almeida Silva Dias e Maria Teresa da Silva Marques Schneeberger de Ataíde, assistentes administrativos principais da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do ex-Instituto da Comunicação Social, e Maria José Ramos Simões Marques, assistente administrativa especialista da mesma carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, foram nomeados, precedendo concurso, assistentes administrativos especialistas da mesma carreira do quadro de pessoal do ex-Instituto da Comunicação Social, com efeitos à data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2007. — O Subdirector, *João Paulo Palha*.

Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 18 172/2007

Os lugares de chefe de repartição do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros são extintos, com efeitos à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2007, de 27 de Abril, sendo as respectivas titulares — Maria Adelina Rodrigues Paiva de Oliveira Mendonça e Maria Luísa Geraldo Teixeira — reclassificadas como técnicas superiores de 1.ª classe, de acordo com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 49/99, de 11 de Junho.

23 de Julho de 2007. — O Presidente, *Humberto Jorge Alves Meirinhos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 18 173/2007

O Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) é uma instituição integrada na Autoridade Marítima Nacional que desenvolve uma actividade única em prol da sociedade e que no quadro das atribuições do Estado assume a função primordial de salvaguarda da vida humana nos espaços marítimos sob soberania nacional, especificamente nas

suas vertentes de salvamento marítimo, socorro a náufragos e assistência a banhistas.

Em particular, e no que concerne às praias de banhos portuguesas, tem-se registado ao longo das últimas décadas um aumento na sua afluência muito significativo, cuja tendência, inevitável, é no sentido do seu crescimento, sendo esta uma realidade que reclama do Estado a adopção das providências indispensáveis para assegurar o recrutamento dos meios humanos necessários e imprescindíveis ao salvamento marítimo e ao socorro a náufragos.

Associada directamente às questões do salvamento marítimo e do socorro a náufragos, estão as estações salva-vidas do ISN que todos os anos se deparam com situações de salvamento marítimo, actividade que exige a intervenção de pessoal altamente especializado e dotado de experiência e qualificações profissionais adequadas.

As experiências vividas nos últimos anos e o visível défice de recursos humanos para o desempenho destas funções impõem um reforço de forma estável e consequente do quadro de pessoal do ISN de modo a permitir que os tripulantes de convés e os motoristas de salva-vidas desempenhem as suas funções e obtenham a formação adequada sem estarem submetidos, todos os anos, a modalidades contratuais de natureza precária, particularmente quando se conhece que as necessidades em questão têm uma natureza prioritária e permanente.

Actualmente, é possível observar que o quadro do pessoal civil do ISN está significativamente deficitário nesta área, quer em termos de pessoal de convés, onde possui 54 elementos num quadro previsto de 90 lugares, quer em termos de motoristas salva-vidas, onde possui 18 elementos num quadro previsto para 40 lugares.

Nesta ordem de razões, torna-se imperioso que o Estado assuma e empregue nesta realidade todos os seus esforços através do preenchimento dos lugares necessários e adequados ao funcionamento permanente e eficaz das estações salva-vidas.

Deste modo, em face do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, torna-se necessário proceder à atribuição de quotas de descongelamento, justificando-se, pelas razões atrás enunciadas, o recurso à via do descongelamento excepcional de admissões.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se que, a título excepcional, sejam descongeladas para o Ministério da Defesa Nacional 19 admissões de pessoal de convés de embarcação salva-vidas e 12 motoristas de embarcações salva-vidas, promovendo-se de imediato e processo de selecção nos termos legalmente previstos.

O presente despacho produz efeitos no dia 1 de Julho de 2007.

18 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 18 174/2007

1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 18.º e no n.º 1 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura e, ainda, no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica das Direcções Regionais de Cultura e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de director regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, o Doutor Luís Marques dos Santos, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários para o desempenho do cargo em que é investida.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2007.

25 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Nota curricular

Luís Marques dos Santos.
Doutor em Sociologia da Cultura — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

Mestre em Antropologia Cultural e Social e Sociologia da Cultura — FCSH/UNL.

Licenciado em Antropologia — FCSH/UNL.

Curso Superior de Professores de Educação Pela Arte — Conservatório Nacional de Lisboa.

Curso de Pintura — Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa.

Foi assessor para a Educação e Cultura (Assembleia Distrital de Setúbal), investigador (Fundação Oriente), consultor (CEMA-Luso-ponte) e coordenador do Pelouro da Cultura (Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal).

É assessor para a Cultura (Câmara Municipal de Montijo), investigador e colaborador do Instituto de História da Arte e dos cursos de mestrado e doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa.

Membro da Comissão de Regulamentação da Lei do Património Cultural, instituída pelo Ministério da Cultura.

Bibliografia seleccionada:

Tradições Religiosas entre o Tejo e o Sado — Os Círios do Santuário da Atalaia. Lisboa: ISER/Universidade Nova de Lisboa, 1996, 3.ª ed. revista e aumentada, Assírio & Alvim, Lisboa, 2005.

Em Busca da Identidade — A Antropologia e os Museus em Portugal. Lisboa: Colibri (no prelo), 2007.

O Paraíso no «Fim do Mundo.» O Culto de Nossa Senhora do Cabo. Lisboa: Sextante, 2007.

Arrábida e a sua Religiosidade Popular. Lisboa: Assírio & Alvim (no prelo), 2007.

«O património imaterial no contexto da sociedade portuguesa actual», in *Actas dos XII Cursos Internacionais de Verão*, Instituto de Cultura e Estudos Sociais/Câmara Municipal de Cascais, 2007.

«O museu de arte popular e a perspectiva antropológica», in *jornal Público*, 23 de Novembro de 2006.

«A cultura imaterial em Portugal», in *jornal Público*, 25 de Julho de 2005.

«O choque cultural», in *jornal Diário de Notícias*, 21 Setembro de 2004.

«O restauro e a musealização do moinho de maré do Cais das Faluas», in *Revista Municipal do Montijo*, Abril de 2004.

«O levantamento do património rural no concelho do Montijo», in *Revista Municipal do Montijo*, Junho de 2003.

«Preservar a identidade cultural», in *jornal Diário de Notícias*, 15 de Junho de 2001.

«Da 'cultura popular' à cultura imaterial», in *jornal Diário de Notícias*, 2 de Fevereiro de 2000.

«A cultura tradicional», in revista *Notícias Magazine*, n.º 404 (entrevista inserida na secção «Os nossos neurónios»), suplemento do jornal *Diário de Notícias*, 20 de Fevereiro de 2000.

«O movimento cultural», in revista *Fórum Sociológico*, Lisboa, n.º 7, FCSH/UNL, 1995.

«A musealização antropológica — Contributo para o seu estudo.» Tese de Mestrado em Antropologia Cultural e Social e Sociologia da Cultura. Lisboa: Departamento de Antropologia — FCSH/UNL, 1993.

«Rotas da fortuna — Da expansão ibérica dos séculos v e xvi à incondição mineira — Uma exposição do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro», in revista *Sábado*, Lisboa, 25 Junho de 1993.

«Sementes de mudança ou 500 anos de encontros e desencontros — Uma exposição do National Museum of Natural History/National Museum of Man, Smithsonian Institution, Washington», in revista *Expresso*, Lisboa, 25 Abril de 1992.

«O roteiro museológico e o roteiro das bibliotecas e arquivos históricos municipais do distrito de Setúbal», in revista *Movimento Cultural*, Setúbal, AMDS, n.º 1, ano I, 1985.

«O encontro internacional de municípios com centro histórico e o seu contributo para a defesa da identidade cultural», in revista *Poder Local*, Lisboa, n.º 84, 1989.

«O 1.º festival de arte e cultura do distrito de Setúbal», in revista *Poder Local*, Lisboa, n.º 54, 1986.

«Os municípios do distrito de Setúbal e o levantamento cultural», in revista *Poder Local*, Lisboa, n.º 50, 1985.

«As autarquias do distrito de Setúbal e o património cultural», in 1.ªs Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 18 175/2007

Nos termos do Decreto-Lei n.º 331/88, de 27 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17